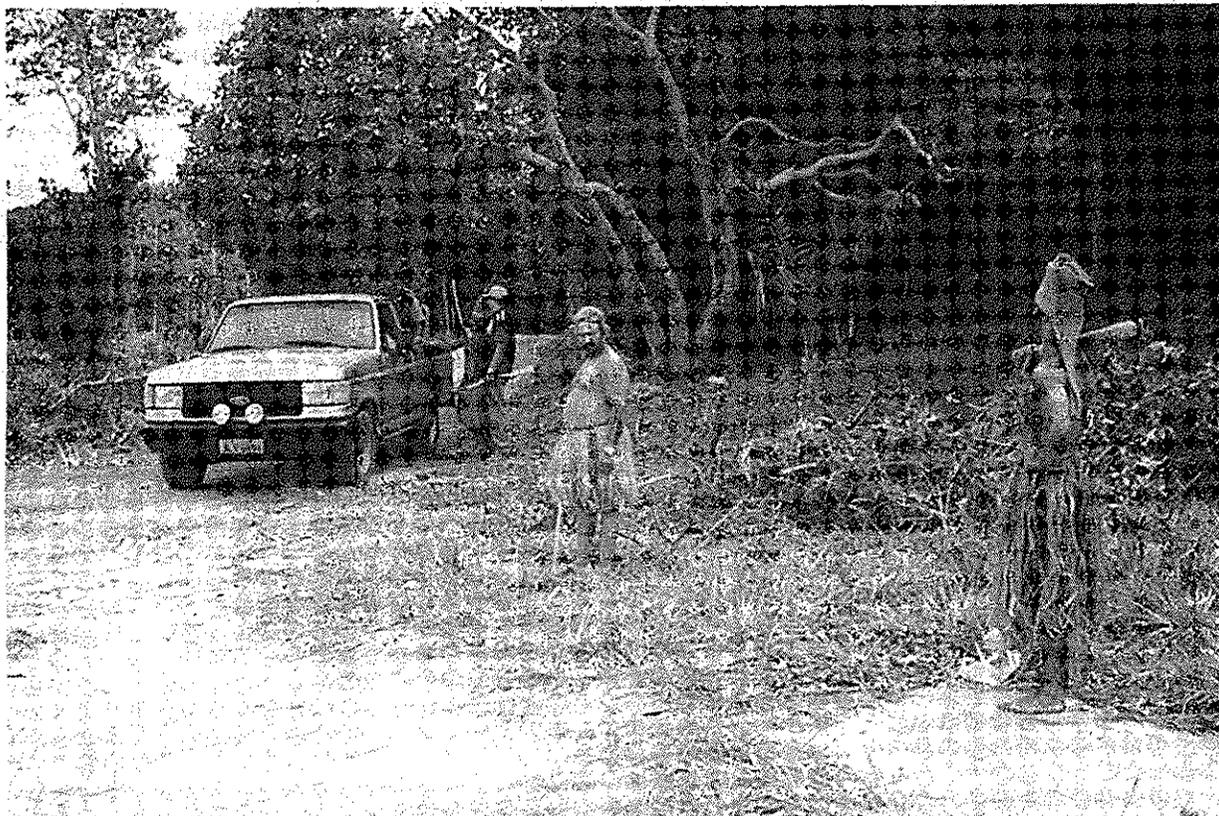


# Área ocupada já tem 400 pataxós

**Porto Seguro (Do Correspondente)** – Já passa de 400 o número de índios pataxós que ocupam a área de Mata Atlântica, próxima ao Rio Tinga, denominada Gleba B. Os índios alegam que a área faz parte da reserva de Coroa Vermelha, em processo de demarcação pela Funai, enquanto a direção da empresa Góes Cohabita diz ser proprietária da terra há 24 anos. Sem solução à vista para o impasse, o lugar continua interditado pelos pataxós, armados e pintados com cores de guerra, e por funcionários da Funai. De acordo com informações do órgão, deverão chegar, nos próximos dias, mais de mil índios, o que tornará a ocupação praticamente irreversível.

A presença indígena na área aumenta a cada hora. A pé, de carro, ou de caminhão os pataxós continuam chegando e não têm previsão de sair, até que seja oficializada a demarcação da reserva. “Estamos lutando pelos nossos direitos. Queremos garantir os direitos dos nossos filhos sobre a terra que nos pertence”, afirmou o cacique de Coroa Vermelha, Carajá. A chegada de mais índios, “de todas as aldeias”, é confirmada pelo presidente do Conselho dos Caciques Pataxós, Nengo. “Queremos que o processo de demarcação seja acelerado”.

Apesar das armas e das cores de guerra, a situação é aparentemente calma na Gleba B. As crianças pataxós mergulham no Rio Tinga, as



*O acesso à gleba ocupada é fiscalizado atentamente pelos índios pataxós e agentes da Funai*

mulheres levam água em grandes baldes, preparam o almoço – feijão com farinha e jabá – e tudo corre tranquilo. Os únicos momentos de tensão foram às 3 horas, do dia 10, quando os agentes da Funai flagraram a aproximação de desconhecidos, pela mata. “Quatro indivíduos estavam num carro Ford Corcel branco, sendo que um deles, armado

de revólver. Outro estava no mato, provavelmente retirando piaçava, mas foi suficiente informá-los que a área estava interditada para que saíssem do local”, disse Eduardo Duque, da Funai.

De acordo com o diretor da Góes Cohabita em Porto Seguro, Adenir Pires, a área ainda não pode ser considerada indígena, porque não houve nem portaria declaratória assinada

pelo ministro da Justiça, nem arbitragem de valor para uma eventual indenização, nem tampouco o decreto presidencial que estabeleça a reserva. Segundo ele, a área pertence à empresa desde 73, tendo sido 24 anos de posse pacífica, atualmente é utilizada para passeios ecológicos e existe um projeto para a instalação de uma universidade no local.